

## Apresentação

Vinicius de Figueiredo (UFPR/CNPq)  
<https://orcid.org/0000-0003-4441-3037>

Quando propus aos editores da Dois Pontos um dossiê sobre o pensamento conservador, a ideia inicial era apontar a distância entre a tradição conservadora iniciada pela crítica de Edmund Burke à Revolução Francesa e outro bloco ideológico, mais recente, representado pela *alt-right* estadunidense e suas variantes mundo afora.

O intuito de mostrar que cada coisa é uma coisa, discerníveis entre si, dirigia-se ao debate brasileiro, atravessado pela consolidação do bolsonarismo como força ideológica atuante politicamente. Subsumir seus atores e porta-vozes à alcunha de conservadores parecia ser um quiproquó conveniente aos esforços de normalização da extrema-direita por setores da mídia e do mercado cultural de blogs, youtubers, cursos online e toda sorte de publicações. Afinal, deparar com Olavo de Carvalho ao lado de Burke na estante da livraria faz pensar que pertençam à mesma família.

Mas o filistinismo atávico da extrema-direita, seu ressentimento em relação ao significado liberal da cultura, o ataque que promove às instituições e seu ethos disruptivo, revolucionário, em nada condiz com o que defendia o autor das *Reflexões sobre a revolução em França*. Concorde-se ou não com suas teses, Burke virou estátua no Trinity College. Já no Brasil dos últimos quatro anos, as universidades ficaram sob a mira permanente do governo Bolsonaro, que, no cortejo de ministros que passaram pela pasta da Educação, contou com um protegido de Olavo de Carvalho. Erra quem supõe que este último descenda de Burke.

Mas erra em que plano? Pois o público iliberal também deseja um cânone para chamar de seu; ao criá-lo, seus ideólogos fazem o que faria qualquer um na mesma situação: transpõem, juntam, reinterpretam, distorcem e seguem nisso até onde colar. Veja-se a apropriação que a ultradireita brasileira fez de George Orwell, discutida aqui por José Szwako e Matheus Cardoso-da-Silva. Como argumentam os autores, é mais um caso dentre outros tantos em que referências liberais ou conservadoras são reapresentadas como ícones do ultraconservadorismo, numa hermenêutica voltada a ganhar terreno na disputa de narrativas. Quando, com a pandemia do Covid-19, *1984* e *Revolução dos Bichos* passam a figurar na lista de obras ficcionais mais vendidas no Brasil, como ocorreu entre 2021 e 2022, o que originariamente era uma crítica ao stalinismo – que intelectuais ligados à esquerda como Claude Lefort ou Habermas poderiam perfeitamente subscrever – já havia se metamorfoseado, aos olhos dos antivacinas, no libelo de uma liberdade ameaçada pelos tentáculos do totalitarismo contemporâneo. Surpreende é que essa seja também a posição de Giorgio Agamben.

A chegada de novas submissões ao número só fez aumentar esse incômodo diante da licença que as ideias assumem, tão logo são postas em prática; e isso exigiu sofisticar a compreensão sobre as relações entre conservadores e reacionários. Não a ponto de suprimir a intuição inicial sobre diferenças que os



separam, mas de situá-las melhor, compreender em que plano operam, para, então, arriscar ponderar seu alcance. Características definidoras desse ou daquele ismo, assim como as irredutibilidades conceituais que o historiador da filosofia persegue nos textos com o afincado de um colecionador de borboletas, sofrem reviravoltas no debate político-ideológico, no interior do qual não é incomum os lados se embaralharem. Ao contrário do que reza o mantra estruturalista, o pensamento não subsiste na exterioridade do mundo, numa presumida atemporalidade em que os textos e suas razões admitissem a dissecação clínica de um leitor que se crê desinteressado.

No caso da matéria desse dossiê, e esta foi minha primeira lição, somente a atenção redobrada às circunstâncias de recepção ou produção dos discursos permite seguir as circunvoluções das ideias e as surpresas que nos reservam – como acontece, para ficar em dois exemplos, quando reconhecemos a presença do decisionismo de Carl Schmitt em certas críticas da extrema-esquerda ao Estado de direito ou topamos com homenagens a Olavo de Carvalho em um site brasileiro que estampa no título o nome de “Burke”. Gramáticas políticas, adverte Jorge Chaloub em sua contribuição sobre Olavo de Carvalho, são, por definição, maleáveis. A quem não encarar essa plasticidade, restará a frustração de descobrir que a realidade (de que fazem parte as mencionadas gramáticas) não lê o texto com o devido rigor.

Se, ao contrário, realizarmos aproximações aos fatos e discursos conforme seus arranjos e caprichos, neste caso se poderá compreender em que medida um partidário do nazifascismo como Carl Schmitt terminou pontuando três vezes em um dossiê que recrutava artigos sobre o pensamento conservador. Tema central do texto de Cristina Foroni, o jurista alemão também comparece no artigo assinado por Paulo Baptista Caruso MacDonald e Wladimir Barreto Lisboa como um dos principais críticos do Estado de direito burguês, canonizado pela “Declaração dos direitos do homem e do cidadão”. Nisto, sem dúvida, Schmitt retoma a crítica de Burke à abstração dos princípios que definem a cidadania política moderna ao menos desde 1789; mas ele o faz de olho em objetivos diversos, compreensíveis apenas quando se pondera o contexto social da Alemanha no início do século XX. É neste momento que o conservadorismo alemão sofre uma inflexão decisiva: anteriormente ligado à aristocracia rural de origem feudal (os *Junkers*), inscreve-se daí para frente no processo de industrialização acelerada e de intervenção estatal como meio para promover “de cima” a modernização do país. Nas palavras de Hans-Jürgen Puhle, citado por Cristina Foroni, é essa nova configuração o que explica por que, com Schmitt, elementos preexistentes do conservadorismo europeu, especialmente germânico, tenham se fundido com “uma ideologia *völkisch* nacionalista, social-imperialista, militante e militarista mais nova e mais ampla”.

Prepara-se, assim, esse amálgama familiar à extrema-direita, entre passado imemorial e destino, democracia direta e personificação de valores populares pelo líder político, o que implica sua indiferença diante dos controles legislativo e judiciário tão caros à democracia parlamentar burguesa. Contra a divisão dos poderes e o apreço pela “democracia jurídica” (MacDonald e Lisboa), deparamos com a defesa de Schmitt de que o líder supremo, ao invés de encontrar-se submetido à lei, constitui sua única fonte legítima – como estampa o título do texto publicado por Carl Schmitt no *Deutsche Juristen-Zeitung* em 1º de agosto de 1934, aqui traduzido por Felipe Alves da Silva, “o *Führer* protege o direito”.

Difícil imaginar um admirador de Burke evocando a liberdade a fim de legitimar a ditadura popular. A começar porque os partidários do conservadorismo de matriz anglo-saxã enxergariam no *Volk* estetizado pelo nacional-socialismo a comprovação de estarmos diante de uma nação infensa à força civilizadora dos costumes. Ocorre que os costumes vão se plasmando de modos diferentes, conforme o quadro social e histórico em que se inscrevem. No argumento burkeano, não apenas permaneciam no horizonte da lei por conta do acolhimento do direito consuetudinário, como também se projetavam no debate público, quer pelo apreço de que gozava à época a atividade parlamentar, quer pela performance do *gentleman* versado no gosto. Algo similar vale para John Adams, cuja carta sobre a aristocracia natural, apresentada aqui na



tradução de Cristina Foroni, recorre à ideia de uma faculdade ou sentido moral (na acepção de Francis Hutcheson) que obriga para além do âmbito doméstico. Em contrapartida, na primeira metade do século XX alemão, os costumes são autenticados por categorias como a raça ou o núcleo familiar, associadas a um ideal de comunidade originária em rota de colisão com o desprendimento ético do indivíduo liberal. Não surpreende que a reinterpretação nazista do conservadorismo terminasse culminando na normalização da exceção em nome da suposta pureza ariana.

Segunda lição, portanto: sem que se leve em conta a coligação entre elementos tradicionais e sociedade de massas (esse híbrido no qual Clement Greenberg vislumbrou, já em 1939, o cerne do kitsch), não há como compreender as metamorfoses por que passou o conservadorismo de seu momento inaugural até desembocar nas variantes que assumiu a partir do século XX. Eis outra razão para explicar por que o resultado de uma chamada sobre o pensamento conservador termine resultando em um dossiê que quase poderia ter por lema “menos Burke, mais Schmitt”.

No entanto, e nisto vai a terceira lição, seria errôneo imaginar que a constelação formada por tradicionalismo e modernização tivesse de enveredar necessariamente no caminho trilhado pela Alemanha nazista. O ultrapassamento do campo semântico original do conservadorismo ganhou formas mais brandas e instigantes. Esse o ponto de correção que sobressai da leitura do artigo de Helga da Cunha Gahyva, por meio do qual somos reconduzidos ao Brasil.

Um ano após o “manifesto de outubro”, com o qual Plínio Salgado lançava as bases do integralismo espelhando-se no fascismo italiano, é publicado *Casa-Grande e Senzala* (1933), o clássico que conferiu ao conservadorismo brasileiro sua expressão mais profícua. Na obra, Gilberto Freyre assume a advertência de Oliveira Vianna contra a adoção de modelos abstratos tomados da metrópole europeia para pensar a realidade local; munido dessas ressalvas e distanciando-se de Vianna, inova ao valorizar elementos do passado colonial. Graças a esse viés conservador – que, sobrepondo-se à utopia regressiva, faz uma aposta numa modernidade *sui generis*, brasileira –, Freyre abre de uma vez por todas o campo para a etnografia e os estudos culturais no Brasil. Ao fazê-lo, salienta Cunha Gahyva, apresenta uma alternativa ao impasse que pairava sobre a geração da Primeira República, dividida entre a tese da degeneração causada pela miscigenação e o projeto de “branqueamento” como estratégia capaz de salvar o país de seu povo.

Numa direção similar, mas variando o repertório, o artigo de Paulo Paschoeto Cassimiro e Kaio Oliveira Santos nos leva a outro momento no qual modernização e conservadorismo voltaram a provocar a inteligência nacional. Discutindo as posições teórico-políticas de José Guilherme Merquior, não raro enfileirado entre os conservadores brasileiros, os autores destacam sua crítica à “variante liberista” do liberalismo, que, na visão do crítico e diplomata, promoveria a conjunção de ideias liberais e conservadoras – implicando consigo o desvirtuamento do intuito democrático que ele, Merquior, enxergava na vertente social do liberalismo, presente em sua versão clássica até seu prolongamento em J. M. Keynes. O quadro diz respeito ao Brasil, na medida em que Merquior sugere que o clientelismo e o patrimonialismo característicos da relação entre Estado e sociedade são a expressão bem-acabada dessa mescla entre conservadorismo e liberalismo, que constituiria, a seus olhos, o maior impedimento a nosso ingresso na modernidade. Ao invés de uma aliança virtuosa entre mercado e Estado, entre competição capitalista e regulação social via Estado, prevaleceria a cumplicidade entre agentes econômicos e burocracia, todos agindo em benefício próprio sob a promessa de tornar o Brasil finalmente moderno.

Mas o próprio Merquior, devidamente recolocado nas fileiras do liberalismo, também não teria sido vítima dessa mesma ilusão, quando, um ano antes de sua morte, endossou o plano de governo e redigiu parte do discurso de posse de Collor de Mello? A menos que se argumente que sequestrar poupanças caiba numa cartilha liberal, a impressão é a de que, no Brasil, a aclimação local das tendências ideológico-políticas



sofre de certo estrabismo atávico, o que explicaria por que um dos maiores intelectuais liberais brasileiros tenha sido atraído para a órbita do patrimonialismo clientelista que ele mesmo criticava. Diante disso, por que surpreender-se ao virar a página de um grande jornal e deparar, sempre em nome do “pluralismo” que justifica dar voz a todos, com um colunista autoproclamado conservador que defende teses caras à ultradireita?

São quiproquós que nada têm de fortuito, mas que remontam à longa data. Em seu estudo sobre Machado de Assis, Roberto Schwarz intuiu que, no Brasil, o liberalismo encontra sua verdade na escravidão; o discurso em prol da civilização seria apenas a astúcia de uma direita avessa a todo projeto republicano. Entre o liberal, o conservador e o reacionário, não haveria, a crer na intuição de nosso crítico literário, diferença substancial alguma. A tese não é incontroversa e seu acerto permanece em aberto. Apesar das ressalvas que suscita, o exame do que significa ser conservador à luz de nossa atualidade política renova seu interesse e sugere refazer sua aposta. Pois, ao dar vazão ao conservadorismo autoritário de setores expressivos de nossa sociedade, a ultradireita reatou com elementos formadores da “civilização brasileira” – a começar pela escravidão e seu legado incalculável. O que permanece sem medida é destituído de razão: apresenta-se como segunda natureza, isto é, costume que, mesmo embutindo violência e desmando, reivindica tradição e regularidade. A naturalização das assimetrias transcorre no registro de um vale tudo discursivo, diante do qual o interlocutor tem pouco ou nada a fazer. Afinal, o que retorquir a quem, no mesmo parágrafo, junta a convicção de que a terra é plana com a defesa entusiasta da liberdade?

Veja-se, a propósito, o artigo de Jorge Chaloub sobre as peripécias teóricas efetuadas por Olavo de Carvalho, que fecha a série de artigos reunidos aqui. É espantoso constatar como a prosa fragmentária e antissistemática do campeão da ultradireita nacional (e agora penso por risco e conta própria) revela semelhanças com a displicência e o descaramento do defunto narrador criado por Machado de Assis. Em seu *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), Schwarz havia tomado essa narrativa como emblema do poder da classe dominante no Segundo Império, exercido sem qualquer liturgia, desatento à linguagem dos direitos, irônico diante de todo cânone normativo, cínico frente a qualquer parâmetro racional. Pois foi retomando esse mesmo estilo transloucado, bem ao modo como Brás Cubas juntava sua profissão de fé liberal com a recordação das maldades que infligia a seu “negrinho”, que Olavo de Carvalho se tornou ícone de um movimento que, irrompendo no debate público-político brasileiro mais recente, capturou energias daquela direita às vezes liberal, às vezes conservadora – reconvertida por discursos e grupos que alegam contar com Locke, Burke ou Orwell como retaguardas teóricas para suas investidas contra a democracia constitucional.

\*

Agradeço a José Szwako e Jorge Chaloub, que não apenas enviaram suas contribuições, como também estimularam colegas pesquisadores do pensamento brasileiro a fazê-lo, conferindo ao dossiê algo da interdisciplinaridade que o assunto merece.